

- LII -**A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E A AGENDA SINDICAL DA CNTE: TEMPOS DE INCERTEZAS¹**

Andréa Barbosa Gouveia
UFPR/ Brasil
andreabg@uol.com.br

Marcos A. Dos S. Ferraz
UFPR/ Brasil
ferrazmarcos@uol.com.br

Afirma Gindin (2015), que para se analisar o desenvolvimento das lutas e da ação sindical docente, faz-se necessário, entre outras coisas, compreender o desenvolvimento do modelo de Estado de bem-estar e do padrão de cobertura e atendimento ao direito à educação de cada Estado Nação. Tal necessidade é imperativa, segundo o autor, pois o Estado, no caso de professoras e professores, a partir do século XIX, deu nova missão ao trabalho docente, regulamentou a atividade profissional, responsabilizou-se pela formação dos mesmos e se tornou o maior empregador. Assim, para se compreender a ação sindical docente, no contexto brasileiro, é preciso considerar o complexo regime federativo do país, com divisão de responsabilidades pela oferta educacional em quatro instâncias federativas – a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal. Tal divisão de responsabilidades da oferta do ensino, nos diferentes níveis e modalidades, condiciona a organização dos professores nos múltiplos sistemas (FERRAZ & GINDIN, 2014). Destarte, sustentamos, sob forma de hipótese, que, da mesma maneira que, mesmo diante da autonomia dos entes federados, é possível reconhecer uma agenda nacional para a política educacional, a partir da legislação nacional, especialmente, em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), do Plano Nacional de Educação e das ações nacionais do governo federal; pode-se, também, acompanhar a agenda nacional do sindicalismo docente, a partir da ação da Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE). Apoiado nessa hipótese, este artigo apresenta uma leitura da pauta de lutas da CNTE em torno da política educacional, na segunda década dos anos 2000 no Brasil, e busca-se relacioná-la ao contexto de ruptura, no governo federal, entre uma agenda de expansão do direito à educação e uma agenda de restrição de direitos.

¹ Este trabalho apresenta os primeiros resultados da pesquisa “CNTE, FENPROF e as disputas da política educacional: a luta de professores brasileiros e portugueses no período democrático recente”, financiada pelo CNPQ/ Edital Universal 2016.

O material empírico que dá sustentação à análise é a agenda de lutas da CNTE, sistematizada a partir das resoluções dos Congressos realizados pela entidade em 2014 e 2017. Os Congressos da CNTE marcam o início de gestões sindicais e definem a agenda de lutas para um período de três anos. Assim, considera-se aqui que a agenda sindical delineada em 2014 expressa, em alguma medida, um contexto de debate da política educacional do período de neodesenvolvimentismo (MORAIS, SAAD-FILHO, 2011) dos governos dos presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff. No caso da política educacional, este neodesenvolvimentismo é caracterizado por uma perspectiva de ação amplamente expansionista, expressa, especialmente, no PNE 2014-2024 (DOURADO, 2017). A ruptura institucional, dada pelo impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, desconstruiu esta perspectiva expansionista, principalmente, mas não exclusivamente, a partir da contenção de investimentos sociais, derivada da Emenda Constitucional 95/2016 (AMARAL, 2017). Assim, compreende-se que a agenda de lutas da CNTE, consolidada no Congresso de 2017, responde a esse contexto de restrição de direitos, em especial do direito à educação.

Se compreendermos que uma ação social é uma ação dotada de sentido referente ao comportamento de outros agentes sociais (WEBER, 1994), torna-se imperativo referenciar o sentido dos documentos à conjuntura que envolve os diferentes agentes. Assim, ao destacar o tema que confere título a cada Congresso, a conexão a conjuntura política se explicita. O tema central do Congresso de 2014 da CNTE foi “Educação, Desenvolvimento e Inclusão Social”; enquanto, em 2017, o tema central foi “Paulo Freire: Educação Pública, Democracia e Resistência”. Nos dois Congressos, diferenças internas foram expressas, 10 forças políticas apresentaram teses em 2014 e 12 em 2017. Contudo, a diferença de leitura entre as duas conjunturas é marcadamente absorvida por todas as forças políticas, a partir da explícita perspectiva contida nas duas temáticas – Desenvolvimento e Inclusão (2014) x Democracia e Resistência (2017). Os cadernos de teses discutidos nos congressos e o documento final de resoluções organizam-se em temas amplos. Entretanto, para a análise aqui desenvolvida o foco do trabalho estará no tema “lutas educacionais”.

Procura-se, pela análise documental, ir além da constatação de conexões entre prioridades de ação e conjuntura política. Se política é a construção de consensos a partir do conflito (Habermas, 1997), a passagem da busca do desenvolvimento à ação de resistência pode conter diferentes padrões de relações entre Entidade Sindical e Estado (ou simplesmente Governo), revelando diferentes perspectivas de regulação da política, que podem ir de um cenário de concertação social ao não reconhecimento de legitimidade entre os diferentes agentes, assim como diversas nuances entre estes dois polos.

Uma primeira síntese, das agendas de lutas da CNTE, pode ser observada na tabela 1 que apresenta uma categorização dos principais elementos em disputa em cada momento. Apesar dos temas de maneira ampla permenecerem, o foco de tratamento muda de maneira perceptível. A temática geral de desenvolvimento, expressa no temário do Congresso de 2014, ganha a concretude de uma agenda

propositiva sobre o conteúdo da política educacional. Em contraposição, a temática da resistência assume a forma de negação frente as iniciativas do Estado/Governo.

Tabela 1: Categorias presentes no Plano de Lutas Educacionais da CNTE		
Categorias	2014	2017
Aposentadoria	3	0*
Assédio Moral	0	1
Combater formas de privatização	1	2
Diversidade - cotas	5	2
Financiamento da educação	4	5
Gestão da escola	1	1
Gestão do Estado	3	2
Gestão do sistema de ensino	2	1
Infraestrutura escolar	2	1
Mobilização da sociedade	4	1
Profissionalização e formação dos trabalhadores	1	0
Projeto pedagógico	8	3
PSPN e carreira	7	3
Saúde dos trabalhadores	4	2
Funcionários	0	2
FONTE: CNTE (2014, 2017) dados tabulados pelos autores		
* Em 2017, o tema da aposentadoria passa para a pauta de lutas político-sociais com um tratamento mais amplo do debate da Reforma da Previdência.		

Para ilustrar o sentido de passagem da proposição à resistência tome-se o exemplo da categoria “PSPN e carreira”, enquanto, em 2014, as lutas estavam em torno do cumprimento e da efetivação do Piso Salarial com a perspectiva de maior responsabilidade do governo federal com a valorização dos professores, perspectiva esta expressa na pauta de luta para a União “suplementar o pagamento do piso salarial” (p. 77), disputas dos recursos do Fundo Social do petróleo para políticas de valorização profissional, agenda de defesa da implementação e regimentação do PSPN nos estados e municípios; em 2017, a síntese da luta está expressa em duas metas, uma especificamente sobre a defesa do conceito de PSPN e a segunda defendendo o projeto de Diretrizes de Carreira em tramitação no Congresso Nacional.

Ao debruçar separadamente sobre as 13 categorias presentes no Plano de Lutas Educacionais da CNTE (2014, 2017) – detalhamento que não cabe neste resumo expandido – o artigo não apenas revela o esforço sindical para influenciar os rumos da política educacional como, ao relacionar agenda sindical e conjuntura política, procura compreender os desafios contemporâneos da democracia brasileira. Se a política pública moderna esta firmada no monopólio legítimo da violência por parte do Estado, este efetivamente prescinde de legitimidade. O esgarçamento e a desconfiança entre Estado – ou simplesmente entre o governo que momentaneamente o dirige – e os agentes da sociedade civil pode, a depender do grau e do escopo desta desconfiança, colocar em risco a própria efetividade das políticas e a regulação social delas derivada. Essa reflexão pauta a análise sobre os dados empíricos que evidenciam a mudança de agenda da CNTE.

Referências Bibliográficas

AMARAL, N. C. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)? Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, 2017 .

CNTE - Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação. Caderno de Resoluções do 32 Congresso Nacional. Brasília: CNTE, 2014.

CNTE - Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação. Caderno de Resoluções do 33 Congresso Nacional. Brasília: CNTE, 2017 (mimeo).

DOURADO, L F. Plano Nacional de Educação: O epicentro das políticas de estado para a educação brasileira. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária/ ANPAE, 2017.

FERRAZ, M; GINDIN, J. Sindicalismo docente no governo Lula: desafios de protagonismo e fragmentação. In: OLIVEIRA, R V; BRIDI, M A; FERRAZ, M. (Org.). O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

GINDIN, J. Por nós mesmos. O sindicalismo docente de base na Argentina, no Brasil e no México. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

HABERMAS, J. Direito e Democracia: entre factividade e validade. Volume 1, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

MORAIS, L; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 4 (124), pp. 507-527, outubro-dezembro/2011.

WEBER, M Economia e Sociedade. Volume 1. Brasília: Editoria da UNB, 1994.